

O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa

Zara Pinto-Coelho e Silvana Mota-Ribeiro¹

¹Universidade do Minho

Resumo

A questão do acesso ao discurso ou da interrogação pragmática sobre quem pode falar a propósito de quê com que fins e em que circunstâncias tem ocupado um lugar central na investigação sobre poder e discurso. Podemos referir a este propósito dois tipos de investigação: uma natureza mais social e institucional na senda de Foucault (1971) e uma outra que, para além desta vertente institucional, compreende também uma dimensão interaccional e linguística (e.g. Van Dijk, 1996). Em ambas podemos encontrar exemplos de análise do acesso ao discurso em estudos sobre desigualdade social e o papel do discurso na sua reprodução segundo linhas de classe, idade, etnia ou género. A nossa atenção neste estudo centra-se precisamente na questão do género e do poder simbólico dos *media*. A investigação feminista tem mostrado amplamente que o discurso dos *media* continua a ser dominado pelo masculino, apesar dos progressos socioeconómicos e das mudanças ideológicas óbvias. É para aí que apontam também as investigações que realizámos, a propósito da construção do feminino na imagética publicitária das revistas femininas portuguesas (Mota-Ribeiro, 2005), e em materiais promocionais de prevenção da droga (Pinto-Coelho, 2005).

Tendo como preocupação conhecer melhor o ambiente discursivo em que as mulheres se movem no nosso país, quisemos desta feita analisar o discurso da imprensa por se tratar de um dos discursos públicos mais influentes e de acesso mais alargado. Partindo do pressuposto de que o poder social de um grupo é proporcional ao acesso (activo ou passivo) que esse grupo tem ao discurso público, iremos evidenciar os modos de acesso das mulheres portuguesas ao discurso da imprensa. Queremos saber como é que factos sociológicos das redacções dos jornais, situadas num contexto histórico e socioeconómico específico (e.g. Gans, 1979; Tuchman, 1978), se expressam e são produzidos na e pela cobertura jornalística feminina.

Para o efeito, seleccionámos aleatoriamente um dia da edição de todos os jornais diários nacionais e analisámos a vários níveis aquele acesso: ao nível da produção das notícias, das fontes, e das citações, e ao nível dos tópicos, da gramática e da retórica (Van Dijk, 1988; Van Leeuwen, 1997). Este estudo envolveu estudantes de Comunicação Social, que curiosamente continuam a mostrar uma certa resistência à problemática feminina, apesar da maioria numérica das mulheres na sala de aula.

Esta abordagem inscreve-se no campo da Análise Crítica do Discurso, tendo como pano de fundo o princípio de que para perceber o papel social e político da imprensa na re-produção da desigualdade de género, e na sua subsequente legitimação, é necessário analisar detalhadamente as estruturas e estratégias do seu discurso e os modos como estas se relacionam com os contextos de produção, por um lado, e com a audiência, por outro (e.g. Van Dijk, 2005; Wodak, 1997).

Numa perspectiva mais dialógica, questionamos e discutimos os resultados à luz das inquietações e dos argumentos que atravessam as investigações sobre o assunto (e.g. Van Zoonen, 1994; Silveirinha, 2004a e 2004b; Subtil, 2005). Será que as notícias não têm sexo? Terão elas género? Será que um número mais alargado de mulheres nas redacções dos jornais e em posições editoriais mais elevadas significa por si só uma mudança no discurso da imprensa? Que importância teria uma transformação nas imagens jornalísticas do feminino? Quais poderiam ser os seus efeitos numa sociedade ainda marcada pela dominação masculina?

Género e acesso ao discurso da imprensa

Partimos de um conjunto de pressupostos sobre a forma como as relações de género são accionadas no discurso da imprensa (van Dijk, 1996). 1) As assimetrias de poder entre homens e mulheres, enquanto grupo sociais, resultam (e manifestam-se), entre outros aspectos, num acesso (activo e passivo) privilegiado à imprensa, um facto amplamente demonstrado em vários estudos. À semelhança do se verifica relativamente a outro tipo de desigualdades, a imprensa não faz a diferença no domínio do género, continuando a integrar, tanto em termos hierárquicos, como em termos ideológicos, o leque de instituições dominantes marcadas por um androcentrismo tácito, e a exercer a sua influência específica.

Os estudos feministas evidenciam que o aumento da presença feminina não tem tido a correspondência esperada na redistribuição do poder nas redacções, nem numa alocação mais diferenciada do tipo de temas atribuídos a uns a outros, sendo as mulheres apenas maioria no tratamento de temas considerados marginais e desvalorizados na hierarquia dos valores notícia e, como sujeitas da comunicação, continuando a ser vistas como fontes menos credíveis do que as masculinas. Neste sentido, a sua discriminação é dupla (Ayerra, 2003).

O controlo das possibilidades da acção discursiva feminina que esta desigualdade origina é muito importante, se levarmos em conta que estamos a falar de um dos discursos públicos mais influentes, não só pela sua credibilidade, como pela sua vasta difusão. Tal não significa a negação do exercício de contrapoderes e de resistências pois, como defende Gramsci, a instabilidade e vulnerabilidade constituem os traços distintivos das situações de hegemonia. 2) A desigualdade de género manifesta-se e é constituída em muitas propriedades do texto jornalístico (participantes, tempo e espaço, audiências, actos de fala permitidos, agendas, tópicos, estilo, etc.). 3) Do lado da recepção, o controlo deve ser entendido em termos cognitivos, já que a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento accionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes selectivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação masculina. Em especial, se os leitores (mulheres

e homens) não tiverem acesso a outro tipo de informação que forneça modelos de relações de género que ajudem a problematizar a ideologia dominante.

Metodologia e dados

A Análise Crítica do Discurso, tal como os estudos feministas, orienta as suas práticas pelos valores de justiça e de igualdade social. Mas tem uma vantagem relativamente aos estudos feministas sobre a representação das mulheres nos média: a de operar com um programa analítico politicamente investido sem dúvida mais produtivo do que as ferramentas de natureza descritiva utilizadas naqueles estudos, oferecidas na sua maioria pela Análise de Conteúdo.

Centramos a nossa atenção num dia escolhido ao acaso da edição de três diários de referência: o Público, Jornal de Notícias e Diário de Notícias. A partir das fichas técnicas de cada um dos diários, analisamos de forma quantitativa a composição sexual dos postos de trabalho e analisamos em termos qualitativos todos os textos em que se falava sobre mulheres. Procedemos à identificação de tópicos e à sua classificação temática (van Dijk, 1988) e analisamos a forma como são representadas as mulheres, a partir de um conjunto de categorias sociológicas criadas por Theo van Leeuwen (1997) que englobam uma variedade de fenómenos linguísticos e retóricos, e cujo elemento centralizador é o conceito de “actor social”. Dada a exiguidade dos dados disponíveis, que não nos permitem chegar a nenhum tipo de conclusão sobre eventuais padrões discursivos no modo como a imprensa fala sobre mulheres, centramo-nos sobretudo na questão do acesso à produção dos jornais analisados, onde de alguma forma a discriminação sexista é mais evidente, ao contrário do que ocorre ao nível cada vez mais sofisticado e subtil das representações textuais (Lazar, 2005).

Acesso à redacção

Relativamente ao que se verificava uma década atrás (Subtil, 1995), constatamos que a presença feminina nas redacções cresceu nos três diários. No Público e no JN esse crescimento é verdadeiramente notório: no primeiro a presença feminina passou de 37,7% para 56%; no segundo, de 15% para 33%. No DN verifica-se um crescimento pouco significativo relativamente aos outros diários: de 42% para 43,7%. Estes dados mudam, caso consideremos a localização geográfica das redacções. A presença

feminina tem um peso maior nas redacções de Lisboa dos três diários. 55,8% no DN e 60% no Público. No JN chega aos 40,4 %. Dado que a redacção do Porto no JN é a mais significativa, importa registar que a percentagem feminina nesta redacção é de apenas 23,8%.

O crescimento da participação feminina nestes três órgãos deve ser compreendido no contexto mais vasto da recomposição social do conjunto dos profissionais do campo e das mudanças ocorridas na posição estrutural das mulheres portuguesas nas últimas décadas. Em 1995, a presença feminina representava cerca de 30% no total dos jornalistas portugueses (Subtil, 1995), atingindo actualmente os 39% (Público, 8 de Março de 2004). Este crescimento resulta em grande medida da crescente juvenilização e qualificação do trabalho jornalístico, explicadas pelo facto das universidades constituírem o principal local de recrutamento deste tipo de mão de obra (Garcia, 1994). Ora, como sabemos, a taxa de participação feminina nas universidades tem vindo a crescer, sendo que em 2000/2001, segundo dados do Ministério do Ensino Superior, as mulheres representavam 67% do total de novos diplomados.

Assimetrias nos cargos de poder e autoridade

Passada uma década do estudo feito por Subtil, não podemos falar de uma redução efectiva das desigualdades de género ao nível do poder de decisão, se bem que se notem alguns sinais positivos de mudança. Começando pelos cargos de directores, editores e pelos conselhos, no contexto global das empresas, verificamos que o DN apresenta a percentagem mais elevada de participação feminina neste tipo de cargo: 13%. No Público a taxa feminina é de apenas 11%, embora os lugares de director na Direcção-Administrativa e na Direcção Comercial e de Marketing sejam ocupados por mulheres. O JN apresenta a mesma percentagem do Público, 11%, embora seja de assinalar que o Conselho de Administração formado por sete elementos integra uma mulher, o que não se verifica por exemplo no DN, onde em nove nenhum é mulher.

Na análise dos quadros directivos das redacções, tivemos alguns problemas dadas as diferenças em termos de organização dos cargos de direcção e de chefia nos três diários. Para efeitos de simplificação, consideramos como fazendo parte da elite jornalística os profissionais que detêm cargos de direcção, de chefia e de aconselhamento, tais como directores, editores, redactores principais, e membros dos conselhos de redacção (Subtil,

1995; Gallego, 2005). Nenhuma das direcções editoriais integra a presença feminina, mantendo-se portanto a situação de exclusão que se verificava há uma década atrás. No entanto, no caso do Público, os dois únicos lugares de adjuntos de direcção estão atribuídos a mulheres, e a participação feminina tem um peso percentual de 33,3% no total dos “redactores principais” na redacção de Lisboa. Relativamente a conselhos de redacção, verificamos que no DN a participação feminina têm um maior peso percentual (60%), sendo de 40% no JN. Quanto aos editores, as mulheres representam 28,5% do total dos editores no DN, todas na redacção de Lisboa; no JN verificamos que no total de 11 editores da redacção do Porto não há um único elemento feminino, o que contrasta com a situação da redacção de Lisboa em que os dois lugares de edição estão atribuídos a mulheres. Concluindo, o Público é o diário que apresenta uma estrutura mais rigidificada nas elites, sendo de 30,4% a percentagem que marca a distância entre o peso que as mulheres ocupam no conjunto dos profissionais e o peso que representam na elite, enquanto no JN o fosso é de 11, 6%, e no DN de 10, 8%. Relativamente aos dados de 1995, registamos que o Público continua a liderar em termos negativos estas diferenças de pesos percentuais.

A complexidade e as contradições desta situação mostram bem que o crescimento numérico e a progressiva qualificação das jornalistas não têm bastado para inverter a exclusão clássica feminina dos cargos de direcção nestes diários. Tal como acontece no contexto da sociedade portuguesa como um todo, também nestes jornais as mulheres continuam a ser menos reconhecidas profissionalmente do que os homens. São evidentes e profundas as diferenças entre o peso percentual que as mulheres detêm no total dos jornalistas e o peso que representam nos cargos de elevados recursos organizacionais e de maior nível de estatuto no jornalismo. Quais serão as razões desta discriminação? De que tipo de obstáculos falamos? Um desses obstáculos é de natureza ideológica, o facto destas organizações estarem estruturadas segundo a lógica ideológica patriarcal de género (Lazar, 2005) que privilegia os homens enquanto grupo social, com base em atitudes que diferenciam as mulheres dos homens em termos de traços humanos, dando a estes um dividendo patriarcal em termos de acesso aos capitais necessários à manutenção da dominação masculina nas organizações. Obviamente que só uma investigação de natureza etnometodológica da produção das notícias centrada nas questões de género, semelhante à que foi realizada por Gallego em Espanha (2005),

poderia fundamentar este tipo de explicação. E, como é característico neste tipo de situação hegemónica, em que a dominação aparece como consensual e é aceite pela maioria, uma das hipóteses que pode ser levantada é relativa ao consentimento e mesmo cumplicidade da parte das jornalistas na sua subordinação. A este propósito vale a pena recordar com Silveirinha (2004b) a força que os valores de objectividade e neutralidade, centrais na ideologia jornalística (Gans, 1979), tradicionalmente masculina, podem ter na negação da parte das jornalistas da importância das questões de género e de sexo na produção das notícias. Seria interessante fazer um estudo etnometodológico que revelasse a forma como as mulheres jornalistas lidam com estes e outros tipos de conflitos no trabalho quotidiano das redacções, conjugado com uma análise de discurso sobre a forma como as jornalistas falam sobre a sua experiência profissional.

Assimetrias na distribuição por secções

Ao nível da distribuição feminina pelas secções dos jornais, são vários os aspectos que contrariam a distribuição clássica dos sexos pelas secções. No quadro do jornalismo tradicional as coberturas mais valorizadas, entre elas, política, guerra, assuntos internacionais, economia, negócios, têm um perfil masculino, não só do ponto de vista dos jornalistas, como dos protagonistas e entrevistados. E nas vistas como mais *soft*, temas ligados à sociedade e cultura, predominam as mulheres (Ayerra, 2003). Infelizmente, não temos nenhum ponto de comparação, como tivemos para os dados anteriores, para verificar se também na distribuição dos assuntos se registaram mudanças e qual é o seu teor.

É verdade que no JN e no Diário as mulheres têm um peso maior ou igual a 50% na secção de sociedade, estando mesmo a totalidade da secção entregue, no caso do JN Porto, a mulheres e que nas artes e cultura, tanto no DN, como no Público, pelo menos na redacção de Lisboa, esta percentagem se mantém. No entanto, são as mulheres que se ocupam maioritariamente dos assuntos de economia nos três diários, com um peso de 60%,. Nas secções da política, internacional e nacional, o Público e o JN apresentam elementos inovadores: são mais de 60% as mulheres na secção mundo do Público, e 79% dos jornalistas que escrevem sobre assuntos da política nacional no JN são mulheres. Outro sinal positivo de mudança é dado pelo DN, onde as mulheres têm um peso de 50% nos assuntos de desporto, tradicionalmente um domínio masculino.

Podemos dar vários tipos de explicação para esta mudança. Uma delas, de natureza mais estrutural, tem a ver com efeitos que a crescente “marketização” dos média tem tido na ordem do discurso mediática, traduzida na diluição das fronteiras clássicas entre os vários géneros de discurso mediático (Fairclough, 1995), e numa tendência global para um certo aligeiramento da informação, um processo de mudança que a noção de *infoentertainment* procura traduzir. São estes tipos de mudanças estruturais ao nível da economia política dos média, e da sua ordem de discurso, que podem ajudar a compreender estas mudanças, levando mesmo algumas investigadoras a afirmar que há mais mulheres no jornalismo simplesmente porque o jornalismo é diferente (van Zoonen, 1994).

Acesso aos conteúdos

Será que a maior presença feminina na redacção destes três diários se traduz numa mudança ao nível das representações textuais do feminino, e das atitudes e ideologias de género que estão na sua base? A análise que fizemos não nos permite responder obviamente a esta pergunta, dado que, como antes dissemos, apenas analisámos um exemplar dos três diários. No entanto, no contexto de sala de aula em que foi produzido este estudo, fazia sentido tentar responder a esta questão a título meramente ilustrativo.

Começamos por contabilizar todos os casos das peças jornalísticas em que as mulheres são protagonistas no acontecimento narrado, e/ou são usadas como fontes de opinião sobre o acontecimento ou situação em causa. Assim, nas edições analisadas, verificamos que o JN e o DN integram o maior número de artigos em que se fala sobre mulheres, 20 e 19, respectivamente, apresentando o Público apenas 12 textos sobre o assunto.

Depois de termos feito uma análise dos tópicos, optamos por agrupá-los por temas, criando uma classificação diferente da oferecida pelas secções, uma vez que esta não é suficientemente esclarecedora do ponto de vista semântico. Esta classificação engloba o leque de actividades ou de práticas femininas que são cobertas pelos textos analisados.

Contrariamente ao que seria de esperar, verificamos que nos três jornais são acontecimentos ligados à actividade política, entendida no sentido mais comum da palavra (partidária, governamental, autárquica), das elites femininas nacionais que são mais cobertos pelos três diários. Segue-se, no caso do DN, a cobertura de

acontecimentos ligados à vida familiar, no Público, às práticas de saúde e às práticas culturais das mulheres e, no caso do JN, acontecimentos ligados a actividades ligadas às artes, aos média e à cultura em geral. Estes dados mostram que, pelo menos na edição deste dia, é à vida pública feminina que os jornais dão maior relevo, em especial à participação das mulheres na esfera política

Traços de estilo

Em relação a estas práticas, qual é papel que é atribuído às mulheres? A relevância desta questão, dados os critérios presentes na selecção dos textos, é menor. É óbvio que uma vez que se trata de histórias em que as mulheres são um dos agentes envolvidos, uma análise centrada na distribuição de papéis (i.é, que procura saber quem é representado como actuando sobre quem) é, de certa forma, redundante, o que não implica claro que a distribuição se mantenha ao longo do texto. No entanto, a realização deste exercício permitiu-nos obter alguns dados interessantes, já que a ele juntamos a preocupação de identificar algumas das formas linguísticas através das quais essa agência é realizada (Halliday, 1985). Assim, relativamente às práticas políticas, a activação (i.é, a representação como forças activas e dinâmicas nestas actividades) das mulheres ocorre em relação a processos materiais no caso do DN, e em processo verbais nos casos do JN e do Público. As mulheres políticas aparecem assim como actuanes em vários tipos de situações, tanto ao nível material, como ao nível simbólico. Tendo em conta os resultados globais, que compreendem uma análise das opções que são feitas na representação das práticas femininas cobertas neste dia de edição, concluímos que as mulheres são activadas sobretudo relativamente a processos verbais, materiais e comportamentais, por esta ordem decrescente de importância. Podemos afirmar que pelo menos neste dia as mulheres são representadas como desempenhando um papel activo em vários domínios da vida pública, e como fontes de opinião credíveis.

Os resultados da análise que fizemos em seguida, centrada na forma como as mulheres são referidas, evidenciam a coerência das escolhas realizadas. Como seria de prever, pelo que sabemos acerca dos modos de tratamento habituais no jornalismo de figuras públicas, as mulheres, para além de altamente activadas, são funcionalizadas, individualizadas, nomeadas e tituladas. No entanto, também há assuntos em que as mulheres são referidas genericamente, e são objecto de classificações altamente

generalizadas como a de mulher (mulheres), e identificadas pelas suas relações de parentesco.

Concluindo, encontramos nestes textos traços que contrariam o retrato estereotipado das mulheres, e traços que o perpetuam, tendo os primeiros um maior peso. Obviamente que seria necessário uma análise comparativa aprofundada para ver a tendência ideológica dominante, por exemplo, ao nível das representações jornalísticas das práticas políticas femininas, analisando a forma como as presenças, bem como as ausências relativas (em termos de homem e mulher) estão organizadas segundo o género. Poderíamos ver, por exemplo, se mantêm a exclusão, supressão ou invisibilidade das mulheres em contexto de campanha eleitoral assinalada por Madalena Barbosa (1998), e o tipo de activação que é feita para as mulheres e para os homens, entre muitas outras questões que poderiam ser levantadas no âmbito do tipo recursos que a ACD oferece para análises detalhadas da forma como a linguagem é usada no discurso da imprensa.

Notas conclusivas

Tornou-se evidente, pelo menos assim o esperamos, a complexidade envolvida na análise da situação das mulheres e dos média que fazem seu o projecto de investigação oferecido pela Análise Crítica do Discurso já que implica, para além de um conhecimento linguístico específico, o uso de teorias sociais que permitam construir o problema e a aplicação de quadros metodológicos que possibilitem uma articulação explícita e fundamentada entre ideologia e relações de género no plano societal, e a sua expressão discursiva ao nível das práticas sociais em contextos institucionais.

No mesmo sentido, o da complexidade, e mesmo o da contradição, apontam os dados sobre a posição das mulheres na produção dos três diários analisados, e nos conteúdos divulgados num dia da sua edição. Como nota final, não queríamos deixar de sublinhar as potencialidades que a “feminização” da imprensa pode ter na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as relações com os outros e o sentido de quem somos ou podemos ser deixem de ser mediados pelo género. E falamos em potencialidades porque, como diz Grant (1993), falar da posição de uma mulher não é o mesmo do que falar a partir da perspectiva política de uma feminista: falar a partir da posição de mulher significa que se conhece a realidade através da grelha de género, enquanto que a partir de uma posição feminista significa ter uma distância crítica

relativamente ao género e a si mesmo. Assim, a falta de consciência crítica das jornalistas pode ser um dos elementos que ajuda a explicar também a razão pela qual a um aumento numérico das mulheres nas redacções não tem correspondido uma mudança efectiva do seu poder. Se de facto as notícias não têm sexo, como defende Silveirinha, isso não significa a ausência da sua estruturação de género. Como tivemos ocasião de verificar no nosso estudo, foram as estudantes que mais veementemente rejeitaram a importância destas questões, aliás como acontece sempre que o assunto é a desigualdade de género e a sua reprodução discursiva. No nosso entender, há ainda muito que fazer no campo em que nos situamos, o universitário, por exemplo ao nível dos currículos dos cursos vocacionados para o jornalismo onde as questões de género poderiam ser mais exploradas. Tomando a nossa experiência na Universidade como exemplo, estamos muito longe de fazer desta problemática uma prioridade na formação dos jornalistas. Para isso seria preciso uma verdadeira revolução na mente dos formadores.

Bibliografia

Ayerra, Carolina A., Participation and access of women to the media, and information and communication technologies and their impact on and use as an instrument for the advancement and empowerment of women, Nações Unidas, 2003.

Barbosa, M, Invisibilidade e tectos de vidro. Representações do género na campanha eleitoral legislativa de 1995 no jornal « Público », Cadernos da Condição Feminina, 51, Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1998.

Fairclough, Norman, Media discourse, Londres, Edward Arnold, 1995.

Foucault, Michel, L'ordre du discours, Paris, Gallimard, 1971.

Gans, J. Herbert, Deciding what's news, Nova Iorque, Vintage Books Ed., 1979.

Garcia, José Luís, “Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses”, Vértice, Maio-Junho, 1994, pp 70.

Gallagher, Margaret, O imperialismo de baton e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no final do século XX, in M.J. Silveirinha, (org.), As mulheres e os media, Lisboa, Livros Horizonte, Ltd., 2004, pp 69-96.

Gallego, Juana “Produção informativa e transmissão de estereótipos de género”, in M.J. Silveirinha, (org.), As mulheres e os media, Lisboa, Livros Horizonte, Ltd., 2004, pp55-68.

Grant, Judith, *Fundamental feminism: contesting the core concepts of feminist theory*, Nova Iorque, Routledge, 1993.

Halliday, M. A. K., *An introduction to functional grammar*, Londres, Edward Arnold, 1985.

Mota-Ribeiro, Silvana, *Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais do feminino*, Porto, Campo das Letras, 2005.

Lazar, **Michelle L.** *Feminist critical discourse analysis. Gender, power and ideology in discourse*, Londres, Palgrave Macmillan, 2005.

Pinto Coelho, Maria Zara, “Mães que geram toxicodependência: figuras do feminino no discurso das campanhas públicas” in A. Toscano e S. Godslan (orgs.), *Mulheres más. Percepção e representação da mulher transgressora no mundo Luso-Hispânico*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004, vol.1, pp 365-376.

Pinto-Coelho, Maria Zara, *The discursive construction of women in public campaigns against drugs: looking into its ideological work*, Valência, Servei de Publicacions, Universitat de València, 2005.

Silveirinha, Maria João (org.), *As mulheres e os media*, Lisboa, Livros Horizonte, Ltd., 2004a.

Silveirinha, Maria João, “Representadas e representantes: as mulheres e os media”, *Media e Jornalismo*, n.5, 2004b, pp 9-30.

Subtil, Filipa: “As mulheres jornalistas” [www document] URL http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=subtil-filipa-mulheres-jornalistas.html1#_edn3 [28-03-2005]

Tuchman, Gaye, *Making news: a study of the construction of reality*, Nova Iorque, Free Press, 1978.

Van Dijk, Teun, “Discourse, power and access”, in Carmen Rosa Caldas-Coulthard e Malcolm Coulthard (eds.), *Texts and practices. Readings in critical discourse analysis*, Londres, Routledge, 1996, pp 84-104.

Van Dijk, Teun, *Discurso, notícia e ideologia*, Porto, Campo das Letras, 2005.

Van Dijk, Teun, *News as discourse*, Hillsdale, NJ, Erlbaum, 1988.

Van Leeuwen, Theo, “A representação dos actores sociais”, in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise crítica do discurso – uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa, Ed. Caminho, 1997, pp 169-222.

Van Zoonen, Liesbet, *Feminist media studies*, Newbury Park, CA, Sage, 1994.

Wodak, Ruth (org.), *Gender and discourse*, Londres, Sage, 1997.